

Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)

# GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)

# GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Gênero e sexualidade: lugares, história e condições

**Diagramação:** Daphynny Pamplona  
**Correção:** Yaidy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Ezequiel Martins Ferreira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G326 Gênero e sexualidade: lugares, história e condições /  
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa -  
PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0078-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.783221703>

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Ferreira,  
Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 306.765

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A coletânea *Gênero e sexualidade Lugares, história e condições*, reúne neste volume dezoito artigos para problematizar as relações de gênero na contemporaneidade.

A partir da virada do século XIX para o XX, com o advento da Psicanálise, estudando a histeria e se questionando sobre o que quer uma mulher, e com as discussões em torno das Ciências Sociais e Humanas, que procuravam encontrar um lugar social para os homens e mulheres, e sobretudo, com o advento das pesquisas culturais e feministas, indagando sobre a participação dos grupos minoritários na sociedade, as pesquisas sobre sexualidade e gênero ganham espaço nos meios acadêmicos.

Do questionamento sobre como se constrói uma mulher, à despatologização da homossexualidade, e à luta pela igualdade de direitos, um leque infinito de possibilidades discursivas é aberto, na tentativa tanto de remediar os efeitos danosos de intolerância e tradicionalismo, quanto de construção de subjetividades impares.

Espero que pela leitura dos textos que se seguem, uma abertura crítica sobre a diversidade das possibilidades de leituras sobre a questão do gênero surja para cada leitor.

Uma boa leitura a todos!

Ezequiel Martins Ferreira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

AMOTINADAS: TEATRO COM PRÁTICA PEDAGÓGICA DE (RE)EXISTÊNCIA

Luciana de Fátima Rocha Pereira de Lyra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217031>

### **CAPÍTULO 2..... 9**

AS REPRESENTAÇÕES DO FEMINISMO NA HEROÍNA CAPITÃ MARVEL: UMA ANÁLISE  
FILMOGRÁFICA DO PROTAGONISMO FEMININO NO MARVEL CINEMATIC UNIVERSE  
(MCU)

Thayline de Freitas Bernadelli

Márcio José Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217032>

### **CAPÍTULO 3..... 23**

CORPOS INTERSEXOS NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

Bruna Silveira Chaves

Ludmila Mourão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217033>

### **CAPÍTULO 4..... 35**

GÊNERO, ESTÁ NOS PLANOS DA UNIVERSIDADE?

Rosângela Wojdela Cavalcanti

Nanci Stancki da Luz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217034>

### **CAPÍTULO 5..... 48**

LA ESCUELA, UNA ACTORA RESPONSABLE PARA ERRADICAR LA VIOLENCIA A LAS  
MUJERES A PARTIR DEL DESARROLLO DE CAPACIDADES

Daniela Francisca Lagos Chávez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217035>

### **CAPÍTULO 6..... 54**

MATERNIDAD COMO OBJETO DE “SALUD”. DISCURSOS, GÉNERO Y CULTURA  
CONTEMPORÁNEA RESPECTO AL USO DE TECNOLOGÍAS DE REPRODUCCIÓN  
HUMANA ASISTIDA

Leila M. Passerino

Noelia S. Trupa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217036>

### **CAPÍTULO 7..... 69**

O “NÃO MAIS” E O “AINDA NÃO” NA ESCOLARIZAÇÃO DAS FILHAS DE MULHERES  
ANALFABETAS

Marileia Gollo de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217037>

**CAPÍTULO 8..... 79**

POLÍTICA EDUCACIONAL E GÊNERO(S) EM ARAGUAÍNA-TO (2015-2017): DIÁLOGOS SILENCIADOS?

Fátima Maria de Lima  
Osmar Oliveira de Moura  
Patrícia Fonseca Dias Miranda  
Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217038>

**CAPÍTULO 9..... 86**

REFLEXÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NEGRAS E A NECROPOLÍTICA NO CONTEMPORÂNEO

Elenson Gleison de Souza Medeiros  
Rafaelly Cristina Santos da Silva  
Pâmela Fernanda Vaz Ferreira  
Cyntia Santos Rolim  
Valber Luiz Farias Sampaio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7832217039>

**CAPÍTULO 10..... 98**

TRANSMASCULINIDADE EM “A QUEDA PARA O ALTO” (1982), DE ANDERSON HERZER

Melissa Salinas Ruiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170310>

**CAPÍTULO 11 ..... 109**

LA ESCOLARIZACIÓN Y SU INCIDENCIA EN LA EDUCACIÓN INTERCULTURAL: ESTUDIO DE CASOS EN CONTEXTOS MULTICULTURALES EN EL MARCO DE LA REFORMA EDUCACIONAL CHILENA

Daniela Francisca Lagos Chávez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170311>

**CAPÍTULO 12..... 120**

VIOLÊNCIA FINANCEIRA: ANÁLISE DAS NOTIFICAÇÕES NO ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO de 2011 a 2018

Elisa Aparecida Gomes de Souza  
Franciéle Marabotti Costa Leite  
Gracielle Pampollim  
Gabriela Ravete Cavalcante  
Márcia Regina de Oliveira Pedroso  
Edleusa Gomes Ferreira Cupertino  
Fábio Lúcio Tavares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170312>

**CAPÍTULO 13..... 133**

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E SUA LIGAÇÃO COM OS CASOS DE

## FEMINICÍDIO

Ionara da Silva Soares  
Bruna Thairla Soares Salazar  
Marcia Juliana Barbosa da Silva  
Mariana Monteiro Freitas  
Marcia Regina Pereira Bilio  
Pedro de Sousa Vieira  
Wayla Kelly de Lima Martins  
Rayane Silva Magalhaes Costeira  
Graciete Rodrigues dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170313>

## **CAPÍTULO 14..... 142**

### **PATRIARCADO, MACHISMO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Jaiani Vitor da Silva  
Djane Alves Victor  
Alexsandra Felipe de Andrade  
Maria Aldene da Silva Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170314>

## **CAPÍTULO 15..... 154**

### **UMA REVISÃO SOBRE O ESTIGMA DA MULHER OBESA: O EXCESSO DE PESO SOBRE O CORPO GORDO**

Nathália Matoso de Vasconcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170315>

## **CAPÍTULO 16..... 164**

### **PARTO NA PERIFERIA: A INSERÇÃO DE EXPERIÊNCIAS MARGINAIS NO MOVIMENTO DE HUMANIZAÇÃO AO PARTO E NASCIMENTO NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Laura Carvalheira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170316>

## **CAPÍTULO 17..... 176**

### **ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DAS IMIGRANTES VENEZUELANAS NO CONTEXTO URBANO DE BOA VISTA/RR**

Alessandra Rufino Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170317>

## **CAPÍTULO 18..... 190**

### **DESEMPENHO DE MENINOS E MENINAS EM TESTES DE LEITURA, ESCRITA, ARITMÉTICA, ATENÇÃO E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL**

Andréia dos Santos Felisbino Gomes  
Viviani Massad Aguiar  
José Salomão Schwartzman

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170318>

<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>213</b>
REFLEXÕES DO OLHAR SOBRE O HOMEM E A MULHER NA PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Fábia Cristina Santos	
Ezequiel Martins Ferreira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170319">https://doi.org/10.22533/at.ed.78322170319</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>227</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>228</b>

# CAPÍTULO 14

## PATRIARCADO, MACHISMO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

*Data de aceite: 01/02/2022*

*Data de Submissão: 06/03/2022*

### **Jaiani Vitor da Silva**

Bacharela em Direito  
Iguatu-CE

<http://lattes.cnpq.br/9971458519175061>

### **Djane Alves Victor**

Pedagoga do Instituto Federal de Educação  
Ciências e Tecnologia do Ceará IFCE  
Crato-CE

<http://lattes.cnpq.br/2377706398678731>

### **Alexsandra Felipe de Andrade**

Professora da Prefeitura Municipal de Iguatu  
Iguatu-CE

<http://lattes.cnpq.br/3250760921043978>

### **Maria Aldene da Silva Monteiro**

Pedagoga do Instituto Federal de Educação  
Ciências e Tecnologia do Ceará IFCE  
Sobral-CE

<http://lattes.cnpq.br/4209208008641325>

**RESUMO:** Esta pesquisa propõe reflexões acerca da relação existente entre o patriarcado, machismo e a violência contra a mulher. Buscou-se fazer um estudo sobre os processos históricos da violência contra a mulher através de suas bases socioeconômicas, sua evolução ao longo da sociedade capitalista e suas atuais características e formas de apresentações. A pesquisa vai recorrer e determinar às estreitas relações existentes entre o patriarcado, o machismo e

a violência contra a mulher dentro do processo de produção social e acumulação de capital da sociedade atual, com seu caráter histórico de construção da realidade social, rejeitando assim, quaisquer conceitos de naturalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patriarcado; Machismo; Violência contra a mulher.

### **PATRIARCHY, MACHISMO AND VIOLENCE AGAINST WOMEN**

**ABSTRACT:** This research proposes reflections on the relationship between patriarchy, machismo and violence against women. We sought to make a study of the historical processes of violence against women through their socio-economic bases, their evolution throughout capitalist society and their current characteristics and forms of presentation. The research will resort to and determine the close relationships between patriarchy, machismo and violence against women within the process of social production and capital accumulation of today's society, with its historical character of construction of social reality, thus rejecting any concepts of naturalness.

**KEYWORDS:** Patriarchy; Chauvinism; Violence against women.

## **1 | INTRODUÇÃO**

Existem no Brasil vários tipos de violência, o que acaba ocasionando uma enorme confusão nas suas conceituações. Comumente utilizam-se os conceitos de violência contra as mulheres e violência de gênero como sinônimos.

O mesmo ocorrendo com as conceituações de violência doméstica e violência intrafamiliar. (SAFFIOTI, 2015).

A violência de gênero situa-se como o conceito mais geral. Embora o gênero seja definido como as imagens que a sociedade constrói do masculino e do feminino, esse conceito é bem mais amplo, abrangendo também as relações homem–homem e mulher–mulher. Assim, a violência de gênero pode ocorrer entre dois homens ou entre duas mulheres. Porém, culturalmente a violência de gênero ocorre mais frequentemente sobre o homem contra a mulher. (SAFFIOTI, 2015).

Perpetuou-se na nossa cultura uma visão das mulheres como seres frágeis e de fácil dominação, talvez por possuírem menos força física que comumente estava associado ao corpo masculino. Sempre estando em posição de impotência e nunca ocupando os espaços de poder e decisão; fatores que contribuíram diretamente para a tolerância e até mesmo o incentivo do uso da força masculina sobre suas esposas. Os atos violentos tendem a aumentar quando os homens vivenciavam a impotência, visto que, não estavam acostumados com a perda do poder e da hierarquia doméstica que sustentava a relação de dominação masculina.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Mercado de trabalho e sua correlação com a educação feminina

Para entendermos o processo de desenvolvimento e apropriação social do machismo e da violência contra a mulher, devemos entendê-los dentro do processo de produção social e acumulação de capital da atual sociedade, com seu caráter histórico de construção da realidade social e, assim, rejeitando conceitos naturalizados.

“Reconhecer que a subordinação social é um produto histórico, enraizado em uma organização específica do trabalho, teve um efeito libertador sobre as mulheres. Desnaturalizando a divisão sexual do trabalho e as identidades que se erigiram com base nela, projetando categorias de gênero não apenas como construções sociais, mas como conceitos cujo conteúdo é redefinido com frequência, infinitamente móvel, indeterminado, sempre carregado politicamente.” (FEDERICI, 202, p. 96).

As mulheres das baixas camadas sociais sempre desempenharam papel fundamental na economia. Na idade média teve ela contribuído fortemente no papel de subsistência da família. Nessa fase anterior a revolução industrial, a mulher trabalhava na produção de bens e serviços, seja nos campos ou nas manufaturas, bem como, nas minas, nas lojas, nos mercados e nas oficinas, além, das tarefas domésticas. Dessa maneira, a família existia como unidade de produção que sustentava a riqueza social. (SAFFIOTI, 2013).

Embora vista como inferior ao homem em todas as esferas políticas, jurídicas e sociais, a mulher na sociedade pré-capitalista exerce importante força produtiva na economia feudal. Porém, essa função sempre foi vista como subsidiária dentro da divisão econômica

da família, por ser vista como de menor importância que a exercida pelo homem. Apesar disso, a mulher não é excluída do sistema produtivo, visto que, a produtividade do trabalho na criação da riqueza social é extremamente lenta. No mais, as camadas dominantes necessitavam das camadas baixas para garantir sua improdutividade. Contudo, o trabalho subsidiário que a mulher assumia no sistema de produção já indicava sua expulsão do sistema produtivo. (SAFFIOTI, 2013).

Com o advento do capitalismo, a mulher enfrenta, bem pior que a época medieval, sérios obstáculos ao emprego da força de trabalho feminina. Por conseguinte, as mulheres enfrentam grande dificuldade para inserção no mercado de trabalho ou quando conseguem são oferecidas funções subalternas e com péssimas condições, num processo de marginalização da mulher do sistema produtivo. (SAFFIOTI, 2013).

Desta maneira, a mulher sempre participou da produção de bens e serviços nos mais diversos setores da economia durante toda a história. Na idade média não foi diferente, pelo contrário, ela desempenhou papel essencial na manutenção econômica da família. Porém, suas atividades sempre foram vistas como de prestígio inferior às executadas pelos homens. O surgimento do capitalismo acentuou a posição de subsidiariedade que a mulher permaneceu na sociedade.

No mais, a sociedade capitalista percebendo a posição de subsidiariedade de que gozavam as mulheres aproveitaram para usufruir do máximo de mais-valia absoluta que conseguissem arrancar do sexo feminino, por meio da exploração da força de trabalho da mulher, com extensas jornadas de trabalho e salários inferiores aos homens, tendo em vista que, para acumulação rápida de capital, a tecnologia recente não se mostrava suficiente para a obtenção da mais-valia relativa. Com o advento das máquinas ocorreu um aumento elevado da produção do trabalho humano, porém não o suficiente para satisfazer o desejo de enriquecimento da classe burguesa. (SAFFIOTI, 2013).

Diante disso, a sociedade capitalista recém-criada ainda contava com pouco desenvolvimento tecnológico, que embora tivesse ocasionado uma revolução na produção industrial, não se mostrava suficiente para alcançar as ambições da classe burguesa. Então, a mulher foi vista como ideal para ser utilizada na exploração da força de trabalho capitalista, visto que, já se encontrava na sociedade como subalterna, sempre vista como inferior diante dos homens.

Esse cenário se altera entre 1860 e a Primeira Guerra Mundial com a formação do novo modelo de família proletária. Ocorrendo a gradual exclusão de mulheres e crianças do trabalho fabril, a partir de progressivas leis trabalhistas regulatórias conquistadas pelas lutas dos trabalhadores, entre elas a “lei das fábricas”. Com isso, cria-se a concepção do “salário familiar” e a figura da dona de casa proletária e do trabalho doméstico em si como um ramo produtivo específico da reprodução capitalista, encarregado da reprodução da mão de obra. Excluindo assim, a mulher do trabalho externo e criando mudanças nas relações de poder intradomiciliar. (FEDERICI, 2021).

Assim, a mulher começou a ser vista como concorrente dos homens no mercado de trabalho, perpetuando-se uma visão de rivalidade que velava a situação de exploração da força de trabalho feminina. Como consequência, os homens passaram a almejar remuneração que fosse suficiente para manter suas esposas fora das funções produtivas, porém, não perceberam os danos que causariam as mulheres enquanto trabalhadoras em potencial com a sua retirada da atividade econômica, bem como, que a exploração da força de trabalho tanto masculina como feminina seria reforçada com o desenvolvimento de atividade não remunerada produzida pela mulher no próprio lar, permitindo as empresas capitalistas a diminuição do ônus do salário-mínimo em decorrência do menor emprego da força de trabalho. (SAFFIOTI, 2013).

Embora as mulheres ocupassem os piores postos de trabalho, recebessem péssimos salários, precisassem conciliar jornadas de trabalho extensas com as atividades domésticas; os homens viam suas próprias esposas como adversárias dentro do mercado de trabalho, não percebendo que ambos estavam inseridos no mesmo processo de exploração capitalista que visava apenas o lucro. Esse processo de alienação do trabalhador masculino, reforçado pelos estereótipos machistas, retiraram a mulher das atividades industriais, para evidenciar o privilégio masculino e as colocaram nos trabalhos não remunerado realizados no lar, diminuindo o salário de subsistência da família e aumentando o exército de reserva corresponde à força de trabalho.

Essas mudanças em relação ao trabalho, criaram condições para que houvesse uma linha de montagem global desenhada para reduzir custos de reprodução de mão de obra assalariada. O trabalho doméstico atribuído as mulheres como destino natural e sem remuneração reduziram os serviços de reprodução dessa mão de obra. Além disso, estimulou a criação de ideologias machistas de hierarquias de trabalho, onde o salário é usado para delegar aos trabalhadores do sexo masculino o poder sobre as pessoas não assalariadas, a começa pelo controle e supervisão do corpo e do trabalho das mulheres. (FEDERICI, 2021).

No Brasil, com a colonização pelos portugueses, a igreja ficou responsável pela formação educacional dos homens. As mulheres, pelo contrário, não necessitavam desse tipo de instrução, visto que deviam se dedicar as atividades domésticas. Mais tarde, mesmo com a inserção das mulheres no ambiente escolar, continuava-se com o ensinamento de atividades manuais e domésticas. Portanto, seu currículo escolar era restrito as atividades que a sociedade delimitou como próprias para as mulheres, qual seja, as de dona de casa. Assim, enquanto aos homens eram ensinados a gerir negócios, as mulheres eram ensinadas a conservar o lar para melhor servir as necessidades do marido. (SANTOS, 2018).

Com a saída da mulher do mercado de trabalho e sua inserção no ambiente doméstico, o tratamento diferenciado entre homens e mulheres ganham contornos ainda maiores. Aos homens eram destinados trabalhos intelectuais e de força, enquanto que

as mulheres só cabiam os trabalhos de casa e cuidado com os filhos. O comportamento feminino também precisava se enquadrar em estereótipos de feminilidade, serenidade e compreensividade para conseguir êxito no casamento.

Além do mais, as meninas precisavam ser separadas dos meninos, visto que sua educação era diferenciada. Aos homens não era necessário a aprendizagem dos trabalhos domésticos, cabendo apenas as esposas quando eles casassem. As mulheres, por outro lado, deveriam agradar o esposo, visto que a ele era dedicado as atividades mais importantes da sociedade.

É importante esclarecer que a inserção da mulher nos postos de trabalho não ocorreu de forma idêntica em todas as classes sociais. As mulheres pertencentes aos grupos menos favorecidos da sociedade sempre trabalharam, mesmo que de forma não remunerada, passando dos campos na idade média para as fábricas na sociedade burguesa. Pelo contrário, as mulheres da classe média necessitavam da permissão do marido para ocuparem a força de trabalho no mercado econômico. Deste modo, somente a partir da promulgação do estatuto da mulher casada, lei nº 4.121 de 1962, as mulheres adquiriram o direito à liberdade quanto a sua força de trabalho. (SANTOS, 2018).

Apenas em 1945, por meio da Carta das Nações Unidas, foi estabelecida a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Em meados do século XX, a igualdade de remuneração entre trabalho masculino e feminino para função igual foi aprovada pela Organização Internacional do Trabalho. (SANTOS, 2018, p.9)

As consequências das condições adversas que as mulheres enfrentam até hoje na sociedade burguesa demonstra a posição de marginalidade que o mercado de trabalho feminino sempre se encontrou. As mulheres da classe baixa sempre foram as mais atingidas por se encontrarem em situação de vulnerabilidade econômica, sendo as condições de sua força de trabalho as mais precárias. Essa situação, culminou com o desenvolvimento de uma ideologia machista de posse masculina do corpo e das ações das mulheres, naturalizando a divisão sexual do trabalho e, até certo ponto, a violência de gênero.

## 2.2 Poder e patriarcado

O gênero é definido como as imagens que a sociedade constrói do masculino e do feminino. Utilizando o critério do sexo se fez uma divisão social do trabalho, também conhecida como divisão sexual. Porém, nada tem a ver com a desvalorização das atividades atribuídas socialmente as mulheres em comparação com as dos homens. Exemplo disso podemos observar nas sociedades de caça e coleta, em que cabia as mulheres as atividades de coleta. Enquanto a caça era incerta, a coleta era sempre certa, contribuindo fortemente no papel de subsistência da família. Assim, percebe-se que foi o trabalho das mulheres, nessa divisão sexual do trabalho, que garantiu a sobrevivência da humanidade, variando no tempo e no espaço de acordo com cada sociedade. A transição

dessa sociedade igualitária para a sociedade que conhecemos hoje ocorreu através de dois fatores históricos, quais sejam, a produção de excedente econômico e a descoberta que o homem era imprescindível para engendrar uma nova vida. (SAFFIOTI, 2015).

Embora as mulheres nas sociedades de caça e coleta possuíssem grande importância econômica e alto status social, nunca foram as mulheres, nas sociedades conhecidas, categoria social com poder para ditar as normas sexuais ou controlar as trocas matrimoniais, muito menos capacidade decisória sobre o grupo dos homens. (SAFFIOTI, 2015).

Portanto, as mulheres nunca chegaram a ocupar uma posição de igualdade com os homens. Contudo, dispuseram de grande relevância nas sociedades primitivas, sendo vistas como seres místicos em virtude da capacidade de conceber os filhos, também eram atribuídas a elas a subsistência do grupo familiar, visto que, nunca se faltavam frutos e folhas nas atividades de coleta.

Importante lembrar que houve sociedades em que cabiam às mulheres a atividade de caça, não podendo ser atribuída a divisão sexual do trabalho a força física dos homens nas sociedades de caça e coleta. Assim, o argumento utilizado por muitos de que a divisão do trabalho se dava pela força física não se afirma. A justificativa mais plausível para fundamentar a divisão sexual do trabalho nessas sociedades primitivas parece ser o aleitamento materno do bebê. Logo, as mulheres precisavam realizar o trabalho com os filhos pendurados nas costas ou nos seios. Assim, sempre que os bebês sentissem fome eram aleitados facilmente. O emprego das mulheres nas tarefas de caça parecia inapropriado, visto que, qualquer choro do bebê espantaria o animal visado ao ataque, voltando as caçadoras para casa sem nenhum alimento. A coleta parecia ideal para o choro dos bebês, já que as plantas se mostravam imperturbáveis ao barulho. (SAFFIOTI, 2015).

Percebeu-se que a reprodução da criação de animais para corte e tração apresentava grande importância econômica. Assim, uma maior quantidade de filhos permitiria a cultivo de maiores extensões de terras, consequentemente obtendo uma maior acumulação de capital. Diante disso, a natureza começa a ser vista como um bem material que pode ser controlado e dominado. Em suma, a acumulação de capital foi crucial para estabelecer a dominação-exploração dos homens sobre as mulheres. Inclusive, os poderes das mulheres foram ainda mais enfraquecidos com a compreensão da reprodução humana pela observação do acasalamento dos animais. Com a descoberta de que a reprodução feminina podia ser controlada, a reprodução mágica das mulheres foi desacreditada, sendo extinta a crença de que as mulheres possuíam força especial na criação da vida universal, permitindo aos homens se colocarem no centro do universo. Com isso, passou a ser atribuída aos homens a fonte da vida, visto que portavam a semente que seria espalhada nos úteros femininos. (SAFFIOTI, 2015).

A descoberta pelos homens do poder econômico adquirido com a produção de excedente e a descoberta que as mulheres não possuíam poderes mágicos sobre

a reprodução feminina, fundamentou a dominação-exploração dos homens sobre as mulheres. A colocação dos homens no centro do universo pela atribuição de fonte da vida humana ocasionou a visão de seres superiores aos demais.

Muitos adeptos da ideologia patriarcal defendem que o contrato social, a liberdade do homem, pertence a esfera pública enquanto que o contrato sexual, sujeição da mulher, restringe-se a esfera privada. Assim, o patriarcado não pertenceria a esfera pública, sendo irrelevante para o estado. Porém, assim como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder perpassam por toda a vida pública, o direito patriarcal não pertence apenas a esfera privada, mas também a vida em sociedade. Assim, mesmo que exista diferença entre o público e o privado, com preponderância na família das atividades privadas e com primazia nas relações de trabalho das atividades públicas, essas esferas estão interligadas umas as outras. São esferas distintas em sua visão analítica, porém, para uma compreensão da sociedade como um todo são inseparáveis. (SAFFIOTI, 2015).

O pacto original compreende tanto o contrato social quanto o contrato sexual, o contrato social cria o direito de liberdade política para os homens, enquanto que o contrato sexual legitima os direitos dos homens sobre o corpo das mulheres. Como tal, o contrato original tem caráter masculino, um contrato firmado entre homens, que tem como objeto as mulheres. O sexo do indivíduo definia o seu poder político, as mulheres não possuíam direitos e encontravam-se subordinadas aos maridos, enquanto os homens usufruíam de todas os direitos e liberdades da vida civil. Assim, o patriarcado é um reflexo do poder político que sempre esteve nas mãos dos homens, fazendo total sentido a expressão tão utilizadas pelas feministas de que “o pessoal é político”. (SAFFIOTI, 2015).

Porém, com a ociosidade dos homens em virtude do desempenho das atividades de caça que ocorriam somente uma ou duas vezes na semana, surge o contrato original firmado entre os homens que atribuiu o direito masculino de dominação sobre as mulheres.

Logo, Hartmann (1979), definiu o patriarcado como sendo o pacto firmado entre os homens para a dominação do sexo feminino. Os homens vivenciavam entre eles relações de hierarquia e estabeleciam relações de solidariedade, capacitando a categoria de homens a firmarem e cumprirem o contrato de repressão e submissão das mulheres. (SAFFIOTI, 2015).

Este autor foi muito feliz ao perceber que o patriarcado se baseia no controle e no medo, atitude/sentimento que formam um círculo vicioso. Desta forma, não se trata de uns serem melhores que outros, mas de disputa pelo poder, que comporta, necessariamente, controle e medo. Efetivamente, os homens convertem sua agressividade em agressão mais frequentemente que as mulheres. (SAFFIOTI, 2015, p. 129).

### **2.3 Análise histórica da violência contra a mulher**

A violência familiar decorre das relações que envolvem consanguinidade e afinidade, ou seja, são violências que decorrem do envolvimento entre os próprios membros de uma

família extensa ou nuclear. Espécie da violência de gênero, a violência familiar ocorre frequentemente dentro do próprio domicílio, embora possa ocorrer fora dele. Já a violência intrafamiliar ultrapassa os limites do domicílio. Um exemplo pode ser observado na violência perpetrada por um avô sobre seu neto, morando ambos em domicílios separados. A violência doméstica possui grande semelhança com a violência familiar. Porém, além dos membros da família, atingem também pessoas que vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, a exemplo das empregadas domésticas. Ocorre que o chefe, geralmente um homem, demarca aquele território como de seu domínio, passando a mandar em todas as outras pessoas que ocupam aquele espaço. Esse processo de domínio de um território é muito mais simbólico do que simplesmente geográfico. Portanto, um indivíduo, mesmo que não possua domicílio/residência naquele território, pode ser vítima de violência pelo contato diário com o agressor. (SAFFIOTI, 2015).

Nossa sociedade de forma cultural foi ensinada que a violência perpetrada pelos maridos contra as suas esposas é natural, normalizando a pedagogia da violência, comumente utilizada pelos pais contra os filhos. (SAFFIOTI, 2015).

Efetivamente, a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer. O consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão não prejudica, por conseguinte, apenas as mulheres, mas também a eles próprios. A organização social de gênero, baseada na virilidade como força-potência-dominação, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres. (SAFFIOTI, 2015, p. 79).

O poder pode se apresentar por meio da potência e da impotência. As mulheres são educadas para desempenhar a impotência. Os homens são habilitados para exercer a potência, visto que, sempre associados a força física, são destinados a realizar o poder, não convivendo bem com a impotência. Quando os homens vivenciam a impotência ocorre a realização dos atos violentos. Baseada em numerosas evidências, acredita-se que o desemprego tem forte relação com o aumento da violência doméstica. A definição de masculinidade se apresenta, sem sombra de dúvidas, na função de subsistência da família pelo marido. Quando o homem se encontra desempregado, ocorrendo o processo de subversão das relações domésticas, é atingido subjetivamente o seu ego presunçoso de masculinidade. De todas as relações vivenciadas, talvez seja a do desemprego a mais importante experiência de impotência que o homem pode vivenciar. A impotência sexual se mostra pequena diante do sentimento de impotência econômica, que desconstitui a relação de poder que o homem exercer no ambiente doméstico. (SAFFIOTI, 2015).

Registra-se que no século passado morreram um número de mulheres idêntico ao número de mortes de homens em duas guerras mundiais, apenas pelo fato de serem mulheres. Segundo diversas feministas, a base de poder diferencial entre homens e

mulheres está no patriarcado, buscando-se um mundo demograficamente masculino, em que as mulheres são vítimas de extermínio. Em países da Ásia, como a China, é tradição o infanticídio de crianças do sexo feminino. Comumente os bebês são expostos a natureza selvagem ou abandonados às ruas ou arredores das cidades. A preferência por filhos do sexo masculino, associado aos esforços de extermínio dos bebês femininos da sociedade, bem como, as práticas de infanticídio, abuso sexual, nutrição e cuidados médicos inadequados, seleção sexual e o não registro de filhas mulheres, particularmente na Ásia, ocasionou a eliminação de inúmeras mulheres. (SOUZA, 2018).

Diante disso, foi verificado cerca de 200 milhões de mulheres mortas em países da Ásia. Segundo as nações unidas, esses números correspondem à morte e ao sumiço de mulheres não apenas na Ásia, mas em todo o mundo, apenas por terem nascido com o gênero feminino. As feministas registram a relação de *Femicide* como semelhante a *Gerdercide*, como a morte em massa de mulheres pelo fator da seleção sexual, como no caso do aborto de fetos do sexo feminino. Essas mulheres são mortas apenas por questões de gênero, sendo vítimas de estupro, violência doméstica e crimes de honra. As mulheres também morrem por insuficiência de cuidados médicos adequados, visto que, as famílias tendem a favorecer os homens nos cuidados de saúde. O *gendercide* também traz a discussão sobre a preferência dos casais de terem apenas filhos do sexo masculino, dentro de nossa sociedade patriarcal. Casos mais chocantes são visualizados em países do sul e leste da Ásia, mas o problema pode ser visto em qualquer parte do mundo. (SOUZA, 2018)

Com isso, podemos observar uma forma mais crua do patriarcado, sendo atingido um nível de violência contra a mulher desde os seus primeiros dias de vida e tenra infância. Esses novos conceitos de violência, que foram criadas dos processos de luta e organização das mulheres contra essa situação, nos auxilia a melhor conceituar esse panorama para tentar compreendê-lo melhor. No entanto, ao ser muito amplo, acaba dificultando na particularização dos casos.

No Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, em Bruxelas, no ano de 1976, foi usado pela primeira vez o termo *feminicídio*, que configura o assassinato de mulheres pelo simples fato de serem mulheres. O termo só foi definido em 1990 por Caputi e Russell (1992). Essas feministas definiram esse termo como sendo o ato pelo qual os homens motivados por ódio, desprezo, prazer ou por um sentimento de propriedade, assassinam as mulheres. A violência empregada pelos homens no assassinato das mulheres perpassa várias formas de agressão, quais sejam, estupro, incesto, abuso físico e emocional, assédio, pornografia, exploração sexual, esterilização, maternidade à força, dentre muitas outras. O *Feminicídio* ocorre quando essa agressão resulta em morte. Este termo foi traduzido como *Feminicídio* nos países de língua hispânica, porém, diante da complexidade e gravidade dos delitos, tal termo não conseguia abranger toda sua definição. Então, Lagarde (2006) criou o termo *feminicídio* para denominar esse tipo de crime, sendo também adotado no Brasil. Os países de língua latina utilizam tanto o termo *feminicídio* como *feminicídio*,

ambos estando corretos. Porém, segundo Lagarde (2006), o termo feminicídio possui uma maior abrangência, incluindo não só o homicídio de mulheres em virtude do gênero e da misoginia, mas também abarcaria a ausência de políticas públicas do Estado contra a morte de mulheres provocadas por homens em situação de poder sexual, jurídico, social, econômico, político e ideológico. Assim, ocorrem a morte de milhares de mulheres por tolerância da família, comunidade e até mesmo do estado que se ausenta no combate à violência contra a mulher. (SOUZA, 2018).

Antes mesmo das iniciativas legislativas visando à tipificação do feminicídio/femicídio, o avanço dos debates sobre as mortes das mulheres em razão do gênero só foi possível graças às discussões teóricas e aos movimentos feministas presentes nos países anglo-saxões, na América Latina e no Caribe, que conseguiram, ainda, pressionar o poder público para tomar providências quanto ao fenômeno. (AUGUSTO, 2017, p. 5).

A comoção gerada no massacre das 500 mulheres, no México, foi decisiva para o aparecimento do termo feminicídio. As vítimas, sendo em sua maioria jovens de perfil indígena, foram massacradas na fronteira de El Paso e Juarez, pelo simples fato de serem mulheres. A brutalidade com que essas meninas foram mortas na cidade de Juarez, no México, causou grande comoção e indignação. Essas jovens, com idade entre doze e vinte e três anos, pele escura, nativas, trabalhadoras de manufaturas, antes de terem seus corpos desmembrados, sofreram estupros e mutilações vaginais. (SOUZA, 2018).

Diante dos crescentes números de violência doméstica e familiar contra a mulher, ocasionando a morte de milhares delas, foi criada, no ano de 2006, a Lei nº 11.340, em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes que enfrentou inúmeras tentativas de homicídio do seu então esposo. A Lei Maria da Penha, como ficou conhecida, visa coibir e proteger os crimes contra as mulheres, sejam eles perpetrados por meios físicos, psicológicos, sexuais, patrimoniais ou morais. (SANTOS, 2018).

A Lei maria da penha foi o primeiro instituto legal no Brasil a tratar sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Sendo, inclusive, denominada pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2012, como sendo a melhor legislação mundial no combate aos crimes contra as mulheres.

Sua grande importância se dá por ser uma política de estado que assegura um combate direto a violência de gênero e doméstica, com garantias legais de proteção a vítima e maior rigidez na punição do agressor. No entanto, a falta de regulamentação de pontos importantes da lei, como por exemplo, a disponibilização de locais para abrigar as mulheres vítimas de violência, aliado a uma ausência em combate ideológico e social rígido ao patriarcado, ocorreu uma fragilidade em sua aplicação prática com continuidade do grave quadro de violência contra a mulher no país.

Mais tarde, é aprovado a Lei nº 13.104 de 2015, alterando o artigo 121, do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940), acrescentando o feminicídio como qualificadora do

homicídio. Assim, foi incorporado ao art. 121, o inciso VI, que trata do homicídio de mulheres por razões da condição de sexo feminino, criando a Lei do Feminicídio, bem como, alterou o artigo 1º da Lei dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/90) para acrescentar o feminicídio em sua lista. (AUGUSTO, 2017).

Dessa forma, tentou-se garantir uma maior rigidez na punibilidade desse crime, tentando assim coibir a sua realização. No entanto, como ela se deu por acréscimo a lista dos homicídios qualificados e não por nova lei, acabou não modificando a punibilidade do crime, levando a uma omissão nesse ponto, o que fragilizou o seu impacto.

Contudo, essas mudanças legislativas foram de extrema importância devido à visibilidade e responsabilidade estatal ao processo de luta dos movimentos feministas. Criando mecanismos legais para proteção contra a violência e abrindo espaço para novas conquistas nesse tema.

### **3 | METODOLOGIA**

Para atingir nossos objetivos, fizemos um estudo a partir de uma análise bibliográfica utilizando o método de abordagem dialético, buscamos correlacionar os últimos estudos sobre o tema, analisando suas origens sociais e interesses econômicos, e o aumento do número de violência doméstica.

Para tal, realizamos uma revisão bibliográfica dos artigos publicados nos últimos cinco anos (2015 a 2021) e indexados nos bancos de dados dos periódicos CAPES, com os descritores violência contra a mulher e suas possíveis combinações. Separados os artigos, realizamos uma primeira análise para selecionar os arquivos condizentes com a temática proposta.

Para ampliar a pesquisa e fundamentar os conhecimentos fornecidos pelos artigos encontrados, serão incluídos ainda livros e artigos de referência disponíveis em acervo pessoal, sites oficiais de sociedades e universidades reconhecidas, anais e resumos de congressos nacionais, teses e dissertações.

A presente investigação aponta interesse em “gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.” (GIL, 1999). A maior intenção é descrever estudos que culminem na reflexão e discussão sobre o patriarcado, machismo e sua relação com a violência contra a mulher.

### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebe-se os diferentes tipos de violência que podem ocorrer nas relações humanas, principalmente na construção cultural de subordinação das mulheres, sejam esposas, mães, filhas ou empregadas. A violência de gênero por ter um conceito mais geral abrange todas as relações que ocorrem entre os indivíduos, seja homem contra homem, mulher contra mulher ou, o mais comum, homem contra mulher, diferente dos demais tipos

de violência que apresentam sempre uma relação de dominação exploração do homem sobre a mulher, numa relação de poder masculino e desigualdade feminina.

Considerando a sociedade machista e patriarcal em que vivemos, sendo naturalizada a violência perpetrada contra as mulheres, em que na maioria das vezes são mortas pelos seus próprios companheiros, simplesmente por não obedeceram aos papéis impostos pela sociedade, o patriarcado utiliza-se do pacto firmado entre os homens para controle das mulheres e o medo gerado pela agressividade masculina para dominação do sexo feminino. As mulheres foram objetificadas como propriedade dos homens. Embora tenham existido grandes avanços femininos, a base material do patriarcado não foi destruída. Existe ainda um grande caminho a percorrer para o alcance da igualdade entre homens e mulheres.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Cristiane Brandão. **Vida e morte no feminino: violência letal contra a mulher na ordem do patriarcado**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em: <https://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/CRISTIANE.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021. SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª edição. São Paulo. Expressão Popular. 2013.

FEDERICI, Silva. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo. Boitempo. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2ª edição. São Paulo. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo. 2015.

SANTOS, Carolina Delfino. **A representação da mulher à luz da legislação brasileira**. Periferia, v. 10, n. 2, p. 239-257, jul./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/periferia.0.29836>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/29836>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SOUZA, Edinilsa Ramos de et al. **Homicídios de mulheres nas distintas regiões brasileiras nos últimos 35 anos: análise do efeito da idade-período e coorte de nascimento**. Ciência & Saúde Coletiva, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.12392017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3g3mb9HZWpjJTlBQXvjDKsF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2021.

SOUZA, Suzanny Mara Jobim de. **O feminicídio e a legislação brasileira**. Florianópolis, Katál., v. 21, n. 3, p. 534-543, set./dez, 2018, ISSN 1982-0259. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p534>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/XHsBpyL7bg56mBKqDpfQ88y/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2021.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ações políricas 1, 7

Amotinadas 3, 1, 3, 4, 5, 6, 7

Analfabetismo 67, 68, 69, 70, 73, 75, 77, 217, 218, 225

Aprendizagem 21, 146, 190, 191, 196, 198, 208, 211, 219

Artes da cena 1, 2, 5, 8

Aspectos histórico-culturais 86

### B

BNCC/2017 79, 80, 81, 82, 84

### C

Capitã marvel 3, 9, 12, 13, 14, 16, 18, 21

Casa de parto 164

Cinema 9, 10, 11, 21

Cognição 128, 190, 208, 210

Contexto urbano 5, 176, 177, 181

Contrassexualidade 98, 102, 103

Corpo gordo 5, 154, 159, 162

### D

Desarrollo de capacidades 3, 48, 50, 51, 110, 114, 115, 117

Desarrollo humano 48, 109, 110, 116, 117, 119

Diferença 139, 148, 157, 160, 164, 169, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 225

### E

Educação 6, 4, 5, 7, 22, 23, 33, 34, 36, 38, 43, 47, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 91, 95, 97, 104, 127, 133, 134, 142, 143, 146, 160, 161, 162, 165, 176, 192, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227

Educación sexual integral 48, 50, 51, 52

Epidemiologia 97, 120, 121, 130, 211

Escolarização 3, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 216, 217, 224

Escuela 3, 48, 50, 52, 53, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 210

Esporte 3, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34

## F

Feminicídio 5, 87, 96, 97, 133, 134, 137, 139, 140, 150, 151, 152, 153

Feminismo 3, 3, 4, 8, 9, 10, 12, 21, 22, 32, 43, 52, 53, 65, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 140, 153, 162, 175

## G

Gênero 1, 2, 3, 4, 2, 4, 9, 10, 11, 12, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 47, 69, 71, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 127, 128, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 168, 171, 172, 174, 181, 186, 187, 190, 209, 210, 211, 212

## H

Heranças educativas 67, 68, 70, 71, 73, 75, 77

Humanização 5, 164, 165, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175

## I

Identidade 12, 25, 26, 27, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 43, 82, 84, 85, 89, 96, 98, 101, 104, 105, 106, 107, 156, 158, 162, 175, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 225

Indígena 109, 110, 111, 112, 114, 116, 151

Interculturalidad 109, 110, 114, 116, 117, 118, 119

Intersexo 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 38

## L

Literatura 92, 98, 99, 101, 102, 103, 107, 128, 129, 154, 158, 160, 161, 208

## M

Maternidad 3, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

Migrante 109, 110, 182, 183, 184, 185, 188

Motim 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8

Mulher 4, 5, 12, 20, 22, 86, 87, 88, 89, 95, 122, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 140, 142, 154, 167

Mulheres 2, 3, 4, 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 105, 121, 122, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 189, 191, 192, 196, 197, 198, 206, 207, 209, 211, 213, 215, 218, 222

Mulheres negras 4, 19, 20, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 164, 166, 168, 171, 175  
Mulheres venezuelanas 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187

## **N**

Necropolítica 4, 86, 94, 97

Notificação 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 130, 132

## **P**

Pedagogias feministas 1

Plano de desenvolvimento institucional 35, 38, 43

PMEA-TO/2015 79, 80, 81, 82, 83, 84

PNE/2014 79, 80, 81, 82, 84

## **R**

Redes sociais 105, 139, 176, 178, 187, 188, 189

Representação 9, 11, 12, 20, 21, 24, 32, 98, 99, 101, 103, 108, 153, 157, 158, 195, 196

## **S**

Sexo 10, 14, 17, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 37, 52, 53, 56, 65, 66, 84, 86, 88, 103, 104, 108, 114, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 129, 135, 136, 137, 139, 144, 145, 146, 148, 150, 152, 153, 157, 158, 160, 162, 166, 174, 188, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 199, 204, 206, 208, 210, 211

Sistema de informação 120, 121, 122, 123, 125, 126, 132

## **T**

Teoria queer 33, 34, 98, 99, 102

Transexualidade 98, 100, 104

## **U**

Universidades 1, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 152

## **V**

Violência 4, 5, 19, 38, 42, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 104, 107, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 164, 169, 176, 181

Violência doméstica 4, 87, 88, 94, 95, 96, 130, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 143, 149, 150, 151, 152

Violencia hacia las mujeres 48, 49, 53

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições



  
Ano 2022

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições



Atena  
Editora

Ano 2022